



O texto e a tese

Reflexões sobre a visada argumentativa

Rafael Lima de Oliveira

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil
orcid.org/0000-0001-7993-1307

Mônica Magalhães Cavalcante¹

Universidade Federal do Ceará (UFC), Brasil
orcid.org/0000-0002-5561-3993

Este trabalho defende, com base em Cavalcante *et al.* (2022), que a argumentatividade está em todo texto, em diferentes graus. No entanto, assume que é preciso se discutir mais sobre os critérios que poderiam regular essa variabilidade. Se, para Ruth Amossy (2018), os “discursos” comportam sempre uma *dimensão argumentativa*, mas só alguns têm uma *visada argumentativa*, cabe indagar, com foco em nosso objeto de análise – o texto –, o que diferencia um texto que tenha visada argumentativa de outro que não tenha. A partir da análise de dois textos, com sequências textuais (Adam, 2019) dominantes distintas, justificamos nossa hipótese de que a propositura de uma tese é uma condição para que um texto seja considerado de visada argumentativa. Além disso, os textos que aqui analisamos dão indícios de que a dominância da sequência argumentativa pode não ser a única forma de fazer surgir uma tese em um dado texto.

Palavras-chave: Tese. Visada argumentativa. Texto. Argumentação.

El texto y la tesis: reflexiones sobre el objetivo argumentativo

Este trabajo sostiene, basándose en Cavalcante *et al.* (2022), que la argumentatividad está presente en todo texto, en diferentes grados. Sin embargo, asume que es necesario discutir más sobre los criterios que podrían regular esta variabilidad. Si, para Ruth Amossy (2018), los “discursos” siempre contienen una dimensión argumentativa, pero solo algunos tienen un objetivo argumentativo, cabe preguntarse, centrándonos en nuestro objeto de análisis – el texto –, ¿qué diferencia a un texto que tiene un objetivo argumentativo de otro que no lo tiene? A partir del análisis de dos textos, con secuencias textuales (Adam, 2019) dominantes distintas, justificamos nuestra hipótesis de que proponer una tesis es una condición para que un texto sea considerado de objetivo argumentativo. Además, los textos que analizamos aquí dan evidencia de que el predominio de la secuencia argumentativa puede no ser la única manera de hacer surgir una tesis en un determinado texto.

Palabras clave: Tesis. Objetivo argumentativo. Texto. Argumentación.

The text and the thesis: reflections on the argumentative goal

This work argues, based on Cavalcante *et al.* (2022), that argumentativeness is present in every text, to different degrees. However, it assumes that it is necessary to discuss more about the criteria that could regulate this variability. If, for Ruth Amossy (2018), “discourses” always contain an *argumentative dimension*, but only some have an *argumentative goal*, it is worth asking, focusing on our object of analysis – the text –, what distinguishes a text that has an argumentative goal from one which does not. From the analysis of two texts, with different dominant textual sequences (Adam, 2019), we justify our hypothesis that proposing a thesis is a condition for a text to be considered argumentative. Furthermore, the texts we analyzed here give evidence that the dominance of the argumentative sequence may not be the only way to make a thesis emerge in a given text.

Keywords: Thesis. Argumentative goal. Text. Argumentation.

¹ Agradecimento: Este artigo foi minha última colaboração com minha orientadora, Profa. Dra. Mônica Magalhães Cavalcante, que nos deixou precocemente aos 62 anos, no dia 5 de abril de 2024. Jamais conseguirei agradecer em tão poucas palavras todo o encorajamento que ela me deu por dez felizes e frutíferos anos de orientação a seu lado, da graduação ao doutorado. Obrigado por tudo que fez por nós e pela Linguística Textual, professora.

Introdução

Por algumas décadas, em meados de 1990 e início dos anos 2010, a argumentação era analisada no campo disciplinar da Linguística Textual (doravante LT) essencialmente, mas não exclusivamente, pelo viés das tipologias de texto, ou das sequências textuais, nos termos de Jean-Michel Adam (2019 [1992]), que, por outro lado, também abordava a argumentação por um ponto de vista pragmático. Com o avanço do diálogo interdisciplinar entre a LT e a Teoria da Argumentação no Discurso (doravante TAD), de Ruth Amossy (2018 [2000]), que foi aventada por Mônica Cavalcante (2016) e posteriormente desenvolvida por membros do grupo Protexto (UFC/CNPq), assumimos o pressuposto retórico-discursivo de que todo texto tem argumentatividade². Assim, tomando como base Amossy (2017), mas incorporando suas ideias aos estudos linguístico-textuais, sustentamos aqui a substituição do binarismo *argumentativo/não-argumentativo* por uma noção de *contínuo argumentativo*. Como consequência, propomos que os textos podem se encontrar numa gradação que vai do menos prototipicamente argumentativo ao mais prototipicamente argumentativo.

Se, para Amossy (2018), os “discursos”³ comportam sempre uma *dimensão argumentativa*, mas alguns têm uma *visada argumentativa*, cabe indagar, com foco em nosso objeto de análise – o texto –, o que diferencia um texto que tenha visada argumentativa de outro que não tenha. Este artigo, que é um recorte da tese de doutorado em andamento de Rafael Oliveira (2024), abre uma reflexão entre a noção de visada argumentativa e a definição de tese, tão cara à grande parte das teorias da argumentação.

O levantamento dessa problemática justifica a organização do presente trabalho em três etapas. Inicialmente, discutimos os termos do diálogo interdisciplinar entre a LT e a TAD, focalizando especialmente as noções de dimensão e visada argumentativa. Em seguida, ponderamos sobre diferentes visões teóricas sobre a definição de tese e, por fim, elaboramos, a partir da análise de dois textos, a hipótese de que a propositura de uma tese, para nós, é uma condição para que um texto seja considerado de visada argumentativa.

1 Um breve percurso das relações entre a LT e a argumentação

Antes de encontrar na TAD uma base para fundamentar o postulado da argumentatividade no texto como um aspecto constitutivo da construção da textualidade, a LT praticada no Brasil

² Não estamos fazendo diferença entre *argumentatividade* e *dimensão argumentativa*. Quando dizemos que todo texto possui argumentatividade, estamos dizendo que todo texto tem uma dimensão argumentativa, nos termos de Ruth Amossy (2018).

³ Usamos aspas no termo discurso para reforçar o posicionamento de Cavalcante, Pinto e Brito (2018) de que é no âmbito das relações textuais que se pode distinguir a dimensão argumentativa da visada argumentativa. Por essa razão é que preferimos falar em texto, não em discurso, de visada e de dimensão argumentativa.

já defendia, ainda de modo muito incipiente, que todo uso de linguagem é argumentativo, numa perspectiva de influência amparada em estudos da pragmática (cf. Ingedore Koch, 1984). Esse posicionamento, que se encontra também em Jean-Michel Adam (2019 [1992], p. 145-146), parte da visão de argumentação como “a construção por um enunciador⁴ de uma representação discursiva [...], visando modificar a representação de um interlocutor a respeito de um dado objeto de discurso”, o que faz Adam e outros autores compreenderem a argumentação em termos de “visada ilocutória”⁵. Mas o maior investimento teórico-metodológico de Adam, no âmbito de sua análise textual dos discursos (ATD), não foi tanto nos aspectos argumentativo-retóricos, e sim, na proposição de um plano composicional do texto que explicasse rigorosamente diferentes estruturas de organização textual. O autor reafirma, em sua obra revista e ampliada *Texto: tipos e protótipos* (Adam, 2019, p. 25):

A sequência é uma estrutura relacional pré-formatada que se sobrepõe às unidades sintáticas estritas (frases) e às amplas (períodos), é um “esquema de texto” situado entre a estruturação frástica e periódica microtextual das proposições e a macrotextual, dos planos de texto. As sequências são estruturas pré-formatadas de reagrupamentos tipificados e ordenados em blocos de proposições. O papel da linguística textual é explorar e teorizar sobre este nível intermediário (mesotextual) de estruturação, sem negligenciar o jogo complexo de restrições intrafrásticas, interfrásticas e transfrásticas, discursivas e genéricas.

As reflexões de Adam tiveram grande ressonância nos estudos em LT e mesmo no ensino de língua portuguesa do Brasil. É na ATD que se encontra a proposta tipológica das *sequências textuais*, que, antes, em estudos como o de Werlich (1975), eram tratadas como “tipos textuais”. Adam (2019) redefiniu os tipos de texto como estruturas composicionais dos textos, que podem ser classificadas em descritiva, narrativa, argumentativa, explicativa e dialogal. Cumpre destacarmos que, nessa classificação, tanto existem textos composicionalmente argumentativos como textos composicionalmente não argumentativos. O autor reconhece, no entanto, que o que se vê frequentemente é uma heterogeneidade composicional, cuja organização pode ser prevista pela pré-formatação de um plano de texto que busque atender

⁴ Neste trabalho, consideraremos *locutor* como a instância responsável pelo texto, para que não se confunda com a noção de *enunciador*, já que não são equivalentes. Seguindo Rabatel (2016), admitimos que o locutor é sempre um enunciador, embora o contrário não seja verdadeiro.

⁵ Não adotamos, neste trabalho, a noção de visada ilocutória, relativa aos atos de fala, mas sim, a perspectiva de “visada discursiva”, conforme a proposta semiolinguística: “Para evitar qualquer mal entendido, convém precisar, aqui, o que essas visadas não são. Elas não constituem esquematizações abstratas de um texto, visto que elas se situam bem à frente deste na conceitualização de uma intenção discursiva que não prejulga aquilo que deve ser a organização textual. Elas não correspondem a ‘atos de fala’, no sentido da pragmática, mesmo se elas partilham com eles o fato de que se trata de uma coenunciação intencional que é marcada pelo efeito que ela é suscetível de produzir. Os atos de fala são unidades mais finas que se situam em um nível mais engajado na realização discursiva, o enunciado. De fato, um ato como o de ‘prometer’, segundo o contexto, poderá corresponder a uma visada de prescrição, de incitação ou de informação. Estas visadas também não correspondem às ‘funções da linguagem’ tais como definidas por Jakobson, visto que mesmo vendo afinidades entre algumas destas funções e as visadas, estas são, neste momento, bem mais distintas que aquelas.” (Charaudeau, 2004, p. 24).

aos padrões de um dado gênero do discurso. Um exemplo evidente é o modo como alguns artigos de opinião podem mobilizar narrações a serviço da defesa de sua tese.

Mas a relação entre a argumentação e os estudos textuais não esteve restrita, durante esse tempo, à análise da sequência textual argumentativa. Prova disso são os inúmeros trabalhos que ressaltaram as “funções argumentativas” das estratégias de textualização, como os processos referenciais e os processos intertextuais (Koch e Elias, 2009; Cavalcante, 2012; Cavalcante, Custódio Filho e Brito, 2014 etc.). Tais estudos comprovaram que, além de suas funções para a construção da unidade de coerência do texto, essas categorias de análise poderiam revelar orientações argumentativas.

Um exemplo analisado na obra *Coerência, referência e ensino*, de Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) retrata bem a vocação retórica dos estudos linguístico-textuais:

Católicos irlandeses encontram um pouco de conforto nas desculpas do Papa

Católicos irlandeses que assistiram às missas nas igrejas do país nesta manhã de domingo receberam com resignação a carta do Papa Bento XVI com desculpas pelos abusos de padres, esperando que ela permita virar a página de um passado traumatizante.

Na igreja de Nossa Senhora do Rosário de Harold's Cross, no sul de Dublin, fiéis acompanhados dos filhos jovens ouviram o padre Gerry Kane falar sobre a carta, na qual o pontífice expressa “vergonha” e “remorso” com os atos de pedofilia cometidos por religiosos irlandeses, mas sem entrar em detalhes, para não chocar as crianças presentes.

“Há muito sofrimento entre essas pessoas e estou satisfeito com a carta, muito mais acessível do que eu temia”, disse o sacerdote à AFP, logo que terminou a missa. [...]

Fonte: G1. Disponível em: <https://g1.globo.com/Noticias/Brasil/0,,MUL1538789-5598,00-CATOLICOS+IRLANDESES+ENCONTRAM+UM+POUCO+DE+CONFORTO+NAS+DESCULPAS+DO+PAPA.html>. Acesso em: 10 fev. 2024

Essa notícia trata de uma carta do Papa Bento XVI, publicada em 2010, na qual o pontífice pede desculpas pelos muitos casos de pedofilia dentro da Igreja Católica. Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014) ponderam que, no contexto de publicação dessa notícia, a maior parte dos meios de comunicação enfatizou a decepção dos fiéis com o conteúdo da carta do Papa, enquanto, nessa notícia, o locutor-enunciador primeiro propôs um caminho mais apaziguador. Segundo os autores, uma das pistas que indicam essa interpretação é a escolha do referente “resignação”, em vez de “decepção”. O que Cavalcante, Custódio Filho e Brito (2014, p. 118) buscaram ressaltar com esse exemplo é que “a argumentação depende direta, embora não exclusivamente, de estratégias de referência”, porque o modo como os objetos de discurso são manifestados denuncia uma maneira particular de fazer ver e sentir. Mas essa relação entre

argumentatividade e estratégias de textualização só ganhou robustez com o respaldo teórico da interface ente a LT e os pressupostos retórico-discursivos de Amossy na TAD.

Em meados de 2015, a LT praticada pelo grupo Protexto (UFC/CNPq) deu início a uma virada epistêmica em suas reflexões sobre o texto e as estratégias de textualização a partir do contato com os estudos de Ruth Amossy. Dois marcos dessa virada são a publicação do número especial da Revista Virtual de Estudos da Linguagem – ReVEL, intitulado “Argumentação: perspectivas teórico-metodológicas”, organizado pelas líderes do grupo, Profa. Dra. Mônica Cavalcante e Profa. Dra. Mariza Brito, e a tradução da obra *Apologia da Polêmica*, de Amossy, publicada pela Editora Contexto, em 2017.

A partir disso, a argumentação passa a ser vista por tais estudos não apenas como uma função discursiva das estratégias de textualização, mas como a motivação para todas as escolhas feitas por um locutor-enunciador primeiro em uma dada interação. A argumentatividade, para a LT praticada pelo grupo Protexto, está em todo texto, em diferentes graus. O que pouco se discutiu ainda foi sobre os critérios que poderiam regular essa variabilidade – e este é o questionamento que Oliveira (2024) desenvolve em sua tese em andamento.

2 Teoria da Argumentação no Discurso

A TAD objetiva articular a (nova) retórica, fundada em Aristóteles e revigorada em Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca (2014 [1958]), e a análise do discurso. Ainda que a nova retórica considere a argumentação como uma atividade linguageira numa abordagem comunicacional, seus autores enfatizaram os esquemas de raciocínio que subjazem à argumentação (as técnicas argumentativas) em detrimento do estudo dos processos linguageiros envolvidos no discurso argumentativo. Para Amossy,

Perelman era filósofo e tinha mobilizado em seu trabalho elementos de gramática tradicional, cujo uso certamente foi o melhor possível para sua reflexão, mas que não possibilitavam deprender os funcionamentos discursivos em contexto e esclarecer os mecanismos verbais da persuasão. (Vitale; Amossy, 2018, p. 189).

Desse modo, para a autora, inserir a argumentação retórica⁶ como um ramo da análise do discurso necessariamente implica instrumentalizá-la adequadamente para o estudo concreto da fala argumentativa. Em nossos termos, esse “estudo concreto da fala argumentativa” equivale à consideração do acontecimento do texto como evento único e irrepetível e a seu modo

⁶ Dá-se o nome de *argumentação retórica* aos estudos da argumentação tributários da Nova Retórica, de Perelman e Olbrechts-Tyteca, e da Retórica clássica, de Aristóteles. Para Pinto, Rodrigues, Damele (2018), o ato de argumentar, na argumentação retórica, implica a busca por adesão do auditório a uma determinada tese, o que põe em relação a argumentação e o efeito persuasivo.

particular de organização no cenário da interação. Mas implica também, segundo Amossy, em ampliar o estudo da argumentação de modo a recobrir um vasto *corpus*, que vai da conversação espontânea ao discurso literário, político etc.

Para tanto, Amossy fez dois grandes movimentos teóricos. O primeiro deles, de crucial relevância para nós, foi o de ressignificar o sujeito retórico frente à questão da agentividade. Isso porque a retórica avalia o sujeito como um indivíduo capaz de agir intencionalmente sobre o dizer, com o objetivo de persuadir outros sujeitos. Essa visão contrária, de certo modo, a posição das análises do discurso porque não considera a interveniência das formações discursivas⁷ na elaboração do dizer desses sujeitos, que o sobredeterminam, em alguma medida. As análises do discurso, em geral, compreendem que o sujeito é sempre atravessado por inúmeras restrições impostas pelos quadros institucionais e genéricos. Maingueneau (1991, p. 234) diz que “as formas de subjetividade estão implicadas nas próprias condições de possibilidade de uma formação discursiva”, isto é, toda subjetividade é, em certa medida, condicionada.

Amossy propôs, então, uma visão dissidente, porém conciliadora, da análise do discurso em interface com pressupostos da retórica, a partir da qual “a fala é concebida ao mesmo tempo como parcialmente determinada pelo discurso social da época e suas evidências e como um instrumento de ação e de poder” (Vitale; Amossy, 2018, p. 190), isto é, os sujeitos agem dentro dessas imposições discursivas.

O segundo movimento teórico foi propor uma ampliação da noção de argumentação articulando-a com a noção de persuasão e com aspectos interacionais pela observação de textos concretos. Para a TAD, argumentar é “a tentativa de modificar, de reorientar, ou mais simplesmente, de reforçar, pelos recursos da linguagem, a visão das coisas da parte do alocutário” (Amossy, 2011, p. 130). Para a autora, a argumentação é constitutiva de todo discurso, por isso ela abandona a clássica oposição entre argumentativo e não argumentativo em favor da concepção de um contínuo. Com base nas reflexões da autora, o campo disciplinar da linguística textual sustenta que todos os textos são argumentativos (Cavalcante *et al.*, 2020; Cavalcante *et al.*, 2022).

Redefinir a noção de argumentação permitiu a Amossy tratar esse fenômeno em diferentes contextos e em diferentes gêneros, nunca prescindindo à situação de comunicação e sempre dependendo do quadro sócio-histórico e discursivo no qual a argumentação se desenvolve. Além disso, pressupõe-se que a argumentação se apresenta de forma muito variada, já que está vinculada a diferentes práticas sociais.

⁷ Segundo Dominique Maingueneau (2015, p. 83), uma formação discursiva é concebida como “um sistema de restrições oculto, transversal às unidades tópicos que são os gêneros”. As reflexões de Maingueneau partem, por sua vez, dos postulados de Michel Foucault e Michel Pêcheux.

Dois termos teóricos com os quais Amossy trabalha são os de “dimensão argumentativa” e de “visada argumentativa”⁸. Essas noções dentro da teoria parecem estar assentadas no nível de explicitude de um projeto persuasivo, como pode sugerir a explicação seguinte:

É preciso, ainda, para evitar confusões, distinguir entre a intenção e a dimensão argumentativa. Mesmo que, por sua natureza dialógica, o discurso comporte, como qualidade intrínseca, a capacidade de agir sobre o outro, de influenciá-lo, é preciso diferenciar entre a **estratégia de persuasão programada** e a tendência de todo discurso a orientar os modos de ver do(s) parceiro(s). [...] As coisas apresentam-se diferentemente, no caso da dimensão argumentativa, em que a **estratégia de persuasão é indireta e, muitas vezes, não admitida**. Ela aparece na verbalização que produz um discurso cujo objetivo declarado é outro e não o argumentativo. (Amossy, 2011, p. 131-132, grifos nossos).

Para Amossy, os “discursos” que apenas têm uma dimensão argumentativa são aqueles cujo objetivo declarado é outro qualquer, que não argumentar. Mas pensamos que, se tudo é argumentativo, todo e qualquer objetivo estaria a serviço de um projeto maior, argumentativo, em diferentes graus.

Ao convocar essas noções para a perspectiva da LT, é muito importante que elas sejam redimensionadas, principalmente pensando que Ruth Amossy as trabalha dentro do campo disciplinar da análise do discurso. O primeiro passo para esse redimensionamento foi dado por Cavalcante, Pinto e Brito (2018) ao defenderem que a distinção entre as duas não deve se dar apenas no âmbito das relações discursivas, mas também no das relações textuais. É por isso que sugerem que se fale em “textos com dimensão argumentativa” e “textos com visada argumentativa”. Se consideramos todo texto como argumentativo, logo todos devem apresentar uma dimensão argumentativa, mas nem todos constroem uma visada argumentativa. O que resta esclarecer é qual o limiar para um texto ser reconhecido como tendo visada argumentativa.

Cavalcante, Pinto e Brito (2018) defenderam que a diferença entre essas noções pode ser melhor compreendida se tomarmos a composição dos textos como critério. Assim, quando Amossy fala em visada argumentativa, pode-se entender que ela se refere aos textos que se estruturam em torno de uma tese, isto é, os textos de sequência argumentativa dominante, nos termos de Adam (2019). Por outro lado, quando trata de dimensão argumentativa, pode-se entender que Amossy engloba todos os textos, o que permite deduzir que os demais textos, que não se organizam em torno de uma tese (isto é, que têm outras sequências textuais), apenas apresentam sua dimensão argumentativa. Esse critério poderia ser satisfatório para classificar

⁸ Há uma variação na tradução da expressão *visée argumentative* em alguns textos de Amossy. Ora se traduz como “visada argumentativa”, ora como “intenção argumentativa”, como no trecho do artigo de 2011 que citamos nesta página. Neste trabalho, optamos pelo termo visada argumentativa.

como textos de visada aqueles que seguem o padrão genérico de um artigo de opinião e de um editorial, ou de uma carta do leitor, certamente. Todavia, cremos que deixe de fora vários outros textos que participem das práticas discursivas de uma reportagem, de uma crônica, de charges, de tiras cômicas, dentre muitos outros, congregados pela característica comum de terem “uma dimensão argumentativa”.

Não pomos em questão que um texto com sequência argumentativa dominante, com todos as suas macroproposições, seja um exemplo evidente de um texto com visada argumentativa, no qual a intenção do locutor/enunciador primeiro é explicitamente demonstrar uma tese, como define Amossy (2018). Mas podem existir diversos textos que, mesclando sequências textuais distintas, também apresentam uma intenção persuasiva definida, ainda que mais implicitada, que muitas vezes se revela a partir de uma reconstrução de raciocínios, com base em *doxas*. O questionamento que lançamos é se textos dessa natureza podem ser reconhecidos por uma visada argumentativa porque neles se pode identificar uma tese. Seria a tese um critério básico para garantir que um dado texto incorpora uma visada argumentativa? Perguntas assim são algumas das que norteiam este estudo. Entretanto, para começar, é necessário que reflitamos como a noção de tese foi tratada em diferentes teorias.

3 Breve incursão à noção de tese nos estudos da argumentação

A noção de tese deriva do termo grego θέσις (*thesis*) e pode ser traduzida como uma colocação, uma propositura, ou mais simplesmente como uma afirmação. Ela existe desde a retórica clássica e, em linhas gerais, é uma opinião que um locutor busca defender. Mais especificamente, essa defesa visa à adesão dos interlocutores a essa opinião. Lembremos que o contexto de surgimento da retórica clássica é a pólis grega, na qual deliberações precisavam ser feitas a partir da opinião de uma maioria. Com o desenvolvimento das teorias da argumentação,⁹ a partir da década de 1950, a noção de tese passa a ser mais bem delineada, mas com certa variação terminológica, ora sendo chamada apenas de *alegação/conclusão*, ora de *ponto de vista*.

Em Stephen Toulmin (2022 [1958]), o argumento é toda a estrutura composta em seu diagrama clássico (reconhecido como o modelo de Toulmin), dentro do qual consta a *alegação* (C), isto é, a conclusão do argumento em que o locutor deseja que a audiência acredite.

Em seu *Vocabulário Crítico de Argumentação*, Grácio (2013, p. 96-97) explica que a abordagem estrutural de Toulmin consiste na proposta de uma “célula argumentativa”, contendo os elementos constitutivos do raciocínio argumentativo. Tal raciocínio envolve um

⁹ São trabalhos fundadores desse contexto o *Traité de l'argumentation. La nouvelle rhétorique* (1958), de Chaïm Perelman e Lucie Olbrechts-Tyteca, e *The Uses of Argument* (1958), de Stephen E. Toulmin.

processo de justificação de uma tese, que é primeiro anunciada para, em seguida, serem demonstradas as razões que a amparem:

Assim, no processo argumentativo, um interlocutor começa por enunciar uma tese. Contudo, pode ser-lhe pedido que a justifique, no sentido de mostrar em que é que se baseia para a afirmar. Na formulação de Toulmin a pergunta que pode surgir é «*what have you got to go on?*» (1958, p.97), que corresponde à expectativa de apresentação de razões de suporte. Nesse caso, a resposta consistirá em referir os dados ou a informação na qual a afirmação se baseou. A tese é assim dimensionada como um raciocínio e, pressupondo este a aplicação de uma regra, a tese será justificada não só em função dos referidos dados como, ainda, a partir de algo que autoriza ou avaliza que o trânsito dos dados para a tese se processe, ou seja, de uma regra da passagem, ou garantia (*warrant*).

Douglas Walton (2012 [1989], p. 82, grifos nossos), por sua vez, em sua *Lógica Informal*, diz que, num diálogo racional, “cada participante tem uma proposição específica designada para ele ou por ele, que representa *sua tese ou conclusão a ser provada*”. Para o autor, são essas teses que definem a questão argumentativa. O estabelecimento de uma relação entre as noções de tese e questão argumentativa também foi feito por outras teorias, a ponto de essas noções serem quase que interdependentes.

Para Christian Plantin (2016), por exemplo, em seu *Dictionnaire de l'argumentation*, uma situação argumentativa se dá a partir de uma situação dialogal balizada por uma questão argumentativa, e as respostas argumentadas dadas pelos argumentadores nessa situação dialogal expressam *conclusões* (ou *pontos de vista*) divergentes sobre essa questão. Observe-se que Plantin, diferentemente de Walton, não se vale da terminologia “tese”, adotando especialmente o termo ponto de vista. Ponto de vista, para Plantin, é o mesmo que tese. Uma vez que os estudos de linguística textual se valem também da perspectiva enunciativa da Teoria dos Pontos de Vista, de Alain Rabatel (2016), é necessário esclarecer que essas noções (tese e ponto de vista) precisam ser devidamente separadas, embora eventualmente se toquem: toda tese é um ponto de vista, mas nem todo ponto de vista é uma tese.

Ponto de vista (ou *standpoint*) é também o modo como Van Eemeren e Grootendorst (2004), na perspectiva teórica da *Pragmadialética*, nomeiam a tese. Para os autores, uma característica importante da argumentação é que ela se refere a um ponto de vista em relação a uma determinada questão. O locutor defende esse ponto de vista para um interlocutor que duvida de sua aceitabilidade ou que tem um ponto de vista divergente.

Marianne Doury (2016), ao tratar da unidade básica da análise argumentativa, inspirada pelo Modelo de Toulmin, promove a equivalência de algumas terminologias, como a de *conclusão* e *tese*, que passam a ser vistas pela autora como sinônimas. Doury, na esteira de Plantin (2016), também relaciona tese ou conclusão com a questão argumentativa.

Já Perelman e Olbrechts-Tyteca (2014 [1958]), diferentemente dos demais autores, não investem em uma definição precisa sobre tese, muito embora os autores delineiem o objeto de investigação da Nova Retórica como o “o estudo das técnicas discursivas que permitem *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se lhes apresentam ao assentimento*” (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2014 [1958], p. 4, grifo dos autores). A definição, por si só, sinaliza a relevância da tese no empreendimento argumentativo, mas deixa em aberto uma definição mais precisa do termo na abordagem da Nova Retórica, que se preocupa mais com a descrição de ações estratégicas para tentativas de persuasão.

Para evitar distorções teóricas, optamos por preservar o termo *tese* para essas proposituras que são enunciadas como conclusões antecipadas para as quais devem existir razões que as justifiquem.

Esse breve percurso nos mostra que muitos teóricos da argumentação compreendem a tese (ou o ponto de vista, se pensarmos exclusivamente numa perspectiva das teorias da argumentação) como uma opinião, ou melhor, uma resposta a uma dada questão argumentativa. Desse modo, na direção em que pensam esses teóricos, é possível supor que, para que haja uma tese, deva existir uma questão argumentativa atrelada a ela.

Se supomos que a presença (ainda que não explicitada) de uma tese seja um critério básico para garantir que um dado texto tenha uma visada argumentativa, é provável que todos os textos de visada argumentativa também deixem antever, ainda que inferencialmente, uma questão argumentativa. O ponto nodal parece, então, residir nos diferentes modos como essa questão argumentativa se explicita num texto de visada argumentativa.

4 Afinal, quando um texto possui uma visada argumentativa?

Nesta seção, para explicar a hipótese de que é possível falar de tese, de questão e de visada argumentativa, mesmo em alguns textos que não se organizam por uma sequência argumentativa dominante, ou que não apresentam todas as suas macroproposições, demonstraremos como textos com sequências textuais dominantes diferentes (uma argumentativa e a outra narrativa) parecem sustentar teses acerca de uma questão em comum. É evidente que, pelos propósitos dos gêneros de cada um desses textos, um artigo de opinião e uma crônica, a argumentação se desenrolará de modos distintos, mas, em ambos, a orientação argumentativa do texto direciona o leitor para uma conclusão em comum. Vamos dar início à análise do artigo de opinião, cuja sequência textual dominante é a argumentativa, na qual pode ser identificada uma tese explícita que responde a uma dada questão, além de um arrazoado de argumentos. O texto foi escrito por Lygia Maria e publicado na *Folha de S.Paulo* em janeiro de 2022.

O erro do cancelamento

Esquerda pós-moderna mostra visão obsoleta sobre processos de comunicação

Lygia Maria

Chico Buarque não cantará mais a canção “Com açúcar, com afeto”. Ele já não a canta em shows faz tempo, mas isso não importa. O que importa é o motivo alegado: segundo o músico, a letra incomoda feministas e ele concorda com elas. Em 2017, outra canção de Chico, “Tua Cantiga”, também incomodou feministas. Saindo do meio musical, a série “O Mecanismo”, o documentário “O Jardim das Aflições” e obras de Monteiro Lobato já foram alvo desse boicote travestido de crítica chamado “cancelamento”.

Cancelar artes e artistas por motivos políticos não é novidade. O curioso, agora, é ver uma esquerda que usa conceitos pós-modernos encampar esse movimento. Achar que uma canção ou filme produz um único sentido (machista, racista etc.) em uma audiência passiva é uma visão obsoleta da comunicação. Essa relação direta entre mensagem e efeito vem da Teoria da Agulha Hipodérmica. Uma teoria de raiz positivista, dos anos 40, que, como o nome diz, afirmava que o sentido de uma mensagem midiática seria “injetado” na mente do receptor.

Porém esse paradigma comunicacional já foi superado. Exemplos: Néstor García Canclini constata as ressignificações de produtos culturais estrangeiros em comunidades latino-americanas; Judith Butler, em “Excitable Speech”, diz: “Afirmar que certos proferimentos são sempre ofensivos, independentemente do contexto, que carregam seus contextos consigo de modos de difícil descrição, ainda é não compreender como o contexto é invocado no momento do proferimento”.

Ou seja, o significado das mensagens pode ser alterado pelo receptor, uma parte do sentido é construída na recepção através de contextos de interação prévios (educação, família etc.) e in loco (quem fala, com quem, onde fala). A possibilidade de muitos leitores acharem que este texto, que agora concluo, é machista ou racista só comprova a validade dessas pesquisas e como a crítica da militância de esquerda pós-moderna a obras de arte é datada, contraditória e equivocada.

Fonte: Folha de S.Paulo (disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/lygia-maria/2022/01/o-erro-do-cancelamento.shtml>; acesso em: 28 jan. 2024)

O primeiro parágrafo do texto apresenta alguns casos de músicas, séries e livros que sofreram “cancelamento”, o que o locutor-enunciador primeiro¹⁰ do texto categoriza como “boicote travestido de crítica”. Em seguida, ele busca sustentar que esse movimento de cancelamento não é novo e, em verdade, reproduz uma “visão obsoleta da comunicação”, porque, segundo o locutor, não é correto admitir que obras de arte em geral produzam um sentido único nem considerar que o público que as consome é uma “audiência passiva”. Para

¹⁰ Para evitar excessivas repetições no texto, quando falarmos apenas de “locutor”, estamos nos referindo ao locutor-enunciador primeiro, conforme a nomenclatura adotada por Alain Rabatel (2016).

isso, o locutor se vale de novos paradigmas da comunicação com base em alguns autores, como Canclini e Butler, e de suas premissas, para defender sua tese.

Mas, se estamos tratando de tese, a que questão responde a tese desse texto? Podemos supor que o locutor busca se posicionar frente ao questionamento: são pertinentes as práticas de cancelamento que condenam um autor atribuindo a seu texto um único sentido? É plausível supor que a tese desse texto se direciona para conclusão negativa acerca da questão, isto é, que esse tipo de cancelamento é uma prática incorreta, impertinente, uma vez que o texto busca demonstrar a obsolescência do pensamento que fundamenta a prática: a comunicação não se reduz a uma “injeção” de mensagem na mente do receptor, que, por sua vez, não é passivo. Além disso, cremos que existe outra tese subliminar direcionada a outro foco, mais amplo: a militância da esquerda, segundo o locutor/enunciador primeiro do texto, é responsável por esse movimento de cancelamento. Assim, por consequência, pode ser inferido o raciocínio de que, se esse tipo de cancelamento é criticável, e se a militância da esquerda o alimenta, então também a atitude da esquerda é condenável. A tese, dessa forma, se reconfigura e, por isso, é ampliada no enunciado que conclui o artigo de opinião: “a crítica da militância de esquerda pós-moderna a obras de arte é datada, contraditória e equivocada.”

Quando dizemos que há uma outra tese, subliminar, não queremos dizer que o referido texto apresenta duas teses, mas que a análise do desenvolvimento da argumentação ao longo do texto permite compreender a tese de maneira mais ampla, o que envolve, a nosso ver, não somente uma resposta à questão “são pertinentes as práticas de cancelamento que condenam um autor atribuindo a seu texto um único sentido?”, mas também uma responsabilização de um dado espectro político sobre essas práticas.

Optamos, neste artigo, por não desenvolver uma análise detalhada da sequência argumentativa do texto. Por ora, basta-nos compreender que a sequência argumentativa, sem dúvidas, favorece a explanação e defesa de uma tese. A partir dela, o locutor mobiliza estratégias diversas, compondo um arrazoado em favor da tese que busca justificar. Nesse sentido, não restam dúvidas de que estamos frente a uma “estratégia de persuasão programada”, nos termos de Amossy (2011), isto é, a um texto com visada argumentativa, como bem salientaram Cavalcante, Pinto e Brito (2018). Mas, ao passo que saímos da dominância da sequência argumentativa, percebemos que o critério composicional não pode bastar para determinar a visada argumentativa de um texto.

Vejamos a seguir um exemplo que advém do discurso literário, uma crônica intitulada “Drummond fascista misógino”, do escritor brasileiro Antonio Prata, publicada no jornal *Folha de S.Paulo* no dia 23 de abril de 2023.

Drummond fascista misógino

A professora leciona há 40 anos, mas nada do que disser fará diferença

Antonio Prata

Na primeira aula de modernismo 1 a professora começa a escrever na lousa o “Poema de Sete Faces”, do Drummond: “Quando eu nasci, um anjo torto” — “esse verso é problemático!”, ribomba uma voz do fundo da sala. Ela se vira e fica surpresa ao perceber que a voz tonitruante vem de um magricela que não parece ter mais de 18 anos. Ele a encara com um brilho nos olhos, o brilho dos que viram a luz.

Com a segurança de um palestrante num TED Talks — coisa rara, antigamente, em primeiranistas— o aluno explica: “Um anjo?! Sério?! Anjo é um elemento do catolicismo, é a religião opressiva do invasor. Esse verso aí reforça o colonialismo que massacrou e calou as religiões dos povos originários! Por que não: ‘Quando eu nasci, Anhangá’? Ou: ‘Quando eu nasci, Xolotl’? Ou: ‘Quando eu nasci, Wakan Tanka’?”

Os olhos da professora percorrem a classe em busca de alguma cumplicidade, uma piscadela que sussurrasse “esquece, ele é um mala, bola pra frente”, mas as expressões desafiantes sugerem é apoio ao magricela. “Bom, Drummond era de Minas Gerais, um estado muito católico. As referências do autor vêm do caldo cultural em que ele” — interrompem-na de novo. Agora é uma garota loira, que joga a ponta de sua keffiyeh palestina por cima do ombro e brada: “Claro: homem, hétero, cis e branco, só pode falar do próprio umbigo, mesmo, não é capaz de tirar a bunda do privilégio e ir até as periferias, até as comunidades, falar do Brasil real!”.

Já se passaram alguns minutos e estão empacados na quinta palavra do poema: a professora tenta contemporizar. “Vocês têm razão. São temas interessantes. Podem inclusive pensar em alguma coisa por aí pro trabalho de encerramento do curso. Agora vamos lá pro próximo verso” — “péra!”, ordena outro aluno. “Tem outra coisa que me incomoda, aí, mais até que o anjo: ele diz ‘anjo torto’. Torto, gente? Torto é capacitismo! ‘Torto’ é tão ofensivo pra uma pessoa com deficiência como manco, vesgo, anão, mudinho. Na boa, professora, mas foi uma escolha muito problemática do Drummond. Por que não, em vez de ‘anjo torto’, ‘Anhangá portador de deficiência’? Ou, pra não zoar a métrica, ‘Wakan Tanka PCD?’”

“Olha, pessoal, isso é um poema. Quando o eu lírico diz que o anjo é ‘torto’ ele não tá dizendo fisicamente ‘torto’. É metafórico. Vamos seguir com o poema que fica claro”, ela fala enquanto escreve na lousa, rapidamente: “Quando nasci, um anjo torto/ desses que vivem na sombra/ disse: Vai, Carlos! ser gauche na vida.” Explica: “pra quem não sabe, ‘gauche’ em francês é esquerda, mas também canhestro, atrapalhado e” — um aluno se levanta, revoltado, no fundo da sala: “Ah lá! Esse homem branco, hétero, cis e colonialista vem falar em francês que ser de esquerda é errado!”. Uma garota se levanta também: “Drummond fascista!”. Outra emenda: “Sabia que ele traía a mulher?! Era um machista! Misógino! Poetas abusadores não passarão!”. A professora tenta, embalde, voltar à aula: “turma, turma, vamos primeiro terminar o poema?”. Um aluno grita “não é sobre poesia, é sobre decolonialismo!”.

A professora leciona há 40 anos. Teve aula com Antonio Candido e Milton Santos, resenhou Clarice Lispector e Caio Fernando Abreu, mas percebe que nada do que disser ali fará qualquer diferença: eles vieram para ensinar, não para aprender, trouxeram a cartilha pronta e segundo tal cartilha, aparentemente, não há mais lugar na literatura brasileira para Carlos Drummond de Andrade. “Mundo mundo vasto mundo,” — ela pensa — “se eu me chamasse Raimundo/ Seria uma rima, não seria uma solução./ Mundo mundo vasto mundo,” — ela espera — “mais vasto é o meu coração”.

Fonte: Folha de S.Paulo. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/antonioprata/2023/04/drummond-fascista-misogino.shtml>. Acesso em: 28 jan. 2024)

Neste texto, o locutor narra um dia de aula de uma professora na disciplina “modernismo 1”, provavelmente no curso de letras. Nela, a professora, que é um locutor-enunciador segundo nessa crônica, inicia com a escrita na lousa do “Poema de Sete Faces”, de Carlos Drummond de Andrade, e é sucessivamente interrompida pelos alunos com questionamentos “problematizando” cada verso. Problematizar, nesse sentido, é encontrar problemas no texto, baseando-se em uma leitura a partir de questões identitárias, principalmente envolvendo minorias.

A exemplo do que se lê no texto, o poeta falar em *anjo* revela, segundo os alunos, uma postura religiosa e conservadora e, por consequência, colonialista de Drummond; além disso, o anjo ser *torto* implicaria ofensa do autor com as pessoas com deficiência, e nessa mesma esteira vão os demais argumentos dos alunos contra a decisão da professora de escolher o poema de Drummond. Em que pesem os exageros que eventualmente surgem dessas alegações, o que propõe o locutor dessa crônica, em verdade, é satirizar o identitarismo,¹¹ que comumente acarreta os “cancelamentos”. O exagero das problematizações feitas nessa narrativa é, portanto, intencional, o que é também próprio da ridicularização comum às sátiras. Além disso, o modo como o locutor vai, durante a narrativa, apresentando os alunos e suas ações revela como estes são vistos. Basta atentar para a descrição que é feita do primeiro aluno a questionar – “um magricela que não parece ter mais de 18 anos” que questiona “com a segurança de um palestrante num TED Talks”. Os alunos e a professora entram no texto como locutores-enunciadores (segundos, terceiros etc.), porque são personagens que interagem dentro desse texto de natureza ficcional. Todas as vozes que aí circulam são gerenciadas por um locutor-enunciador primeiro e, por isso, estão a serviço dela.

É natural que admitamos que a crônica, que é um gênero que comumente possui uma sequência narrativa dominante, não é um gênero no qual encontramos a defesa de uma tese por meio da construção de um arrazoado, na tentativa de persuadir o interlocutor. Mas, a partir do texto que vimos, por que temos a sensação de que o locutor-enunciador principal se presta a mostrar uma opinião, ou, mais objetivamente, uma tese? Assim, estaríamos frente a um texto predominantemente narrativo, que teria apenas uma dimensão argumentativa, ou de um texto que efetivamente possui uma visada argumentativa?

¹¹ “Cada uma dessas manifestações [dos movimentos identitários] representa grupos marginalizados ou minoritários que através da organização e difusão pelas redes sociais conseguiram chamar a atenção para os problemas que enfrentam.” (disponível em: <https://www.politize.com.br/identitarismo/>; acesso em: 10 jun. 2023)

A crônica de Antonio Prata revelaria uma tese que é apenas sugerida, e, portanto, suposta, porque não é defendida por meio de argumentos: a de que as críticas e alegações, quando não bem embasadas, são prejudiciais. Essa tese, a nosso ver, é sustentada não por argumentos, mas por recursos comuns ao gênero em questão, como a composição de personagens caricaturais e a própria construção de uma situação narrativa permeada por um viés sarcástico, que avalia as pessoas que levantam pautas identitárias como tendo uma atitude vexatória, o que não necessariamente representa esse grupo.

Se, da mesma forma, nos perguntarmos a que questão responde a tese desse texto, podemos supor que o locutor busca se posicionar frente ao mesmo questionamento do texto anterior: são pertinentes as práticas de cancelamento a um autor, mesmo que seu texto não tencionasse atingir as minorias? E, mais uma vez, vemos que a tese se direciona para uma conclusão negativa acerca da questão, ou seja, que o cancelamento por esse tipo de atribuição de “ponto de vista preconceituoso” é uma prática improcedente.

Com isso, queremos dizer que os textos apresentam diferentes modos de argumentar, e esses modos se encontram em diferentes pontos de um contínuo argumentativo. Por levantar um arrazoado em defesa de uma tese, valendo-se de uma sequência textual predominantemente argumentativa, o artigo de opinião da articulista Lygia Maria se encontra num ponto extremo, e prototípico, de uma visada argumentativa. O texto de Antonio Prata, por sua vez, busca um caminho diferente, porque não constrói argumentos para a defesa de uma tese. Mas, ao mesmo tempo, é possível dizer que há uma opinião central ali sugerida, que, a nosso ver, se impõe como uma tese a que o autor deseja que seus interlocutores adiram. Para isso, ele se vale de um texto predominantemente narrativo, uma crônica, e mobiliza outros recursos, comuns à prática genérica em questão, o que coloca o texto em um outro ponto da gradação argumentativa, mas talvez não tão distante assim do texto do artigo de opinião.

Considerações finais

Defender que todo texto é argumentativo requer a reavaliação de conceitos teóricos, por isso este trabalho pôs em discussão as noções de tese, de questão, de ponto de vista e, principalmente, de visada argumentativa.

Neste artigo, constatamos que, para reconhecer a existência de “visada argumentativa” em um texto, é importante compreender que uma análise apenas composicional dos textos não é suficiente para dar conta de algumas questões sociointeracionais e discursivas que se impõem quando lidamos com uma perspectiva retórico-discursiva da argumentatividade. Os textos que aqui analisamos dão indícios de que a sequência argumentativa pode não ser a única forma de

fazer surgir uma tese em um dado texto. É preciso esclarecer que não pensamos que, em todo texto, haja uma tese, mas estamos supondo que, em um texto que não se organiza por uma sequência argumentativa dominante, possa haver uma tese, e também que uma tese possa existir independentemente da explicitação de argumentos.

Os diferentes modos de configuração da argumentação nos textos sugerem a existência de um contínuo argumentativo, isto é, uma gradação que vai do menos prototipicamente argumentativo ao mais prototipicamente argumentativo. Estas considerações finais, portanto, são apenas algumas das hipóteses que serão testadas e discutidas em trabalhos a serem desenvolvidos posteriormente.

Referências

- ADAM, Jean-Michel. **Textos: tipos e protótipos**. Contexto: São Paulo, 2019 [1992].
- AMOSSY, Ruth. **A argumentação no discurso**. São Paulo: Contexto, 2018 [2000].
- AMOSSY, Ruth. **Apologia da polêmica**. São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, Ruth. Argumentação e Análise do Discurso: perspectivas teóricas e recortes disciplinares. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira. **EID&A – Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação**, Ilhéus, n. 1, p. 129-144, jun./nov. 2011.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. Abordagens da argumentação nos estudos de Linguística Textual. **ReVEL**, edição especial vol. 14, p. 106-124, 2016.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. **Linguística textual e argumentação**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2020.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães et al. **Linguística textual: conceitos e aplicações**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2022.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães. **Os sentidos do texto**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; CUSTÓDIO FILHO, Valdinar; BRITO, Mariza Angélica Paiva. **Coerência, referência e ensino**. São Paulo: Cortez, 2014.
- CAVALCANTE, Mônica Magalhães; PINTO, Rosalice; BRITO, Mariza Angélica Paiva. Polêmica e argumentação. **Diacrítica**, v. 32, n.1, 2018, p. 5-24.
- CHARAUDEAU, Patrick. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In: MACHADO, I. L.; MELLO, R. (orgs.) **Gêneros: Reflexões em Análise do Discurso**. Belo Horizonte: NAD/FALE/UFMG, 2004. p. 13-41.
- DOURY, Marianne. **Argumentation**. Analyser textes et discours. Paris: A. Colin, 2016.

- EEMEREN, Frans H. van; GROOTENDORST, Rob. **A Systematic Theory of Argumentation**. The pragma-dialectical approach. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.
- GRÁCIO, Rui Alexandre. **Vocabulário crítico de argumentação**. Coimbra: Grácio Editor, 2013.
- KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça. **Argumentação e linguagem**. São Paulo: Cortez, 1984.
- KOCH, Ingedore Grünfeld Villaça; ELIAS, Vanda Maria. **Ler e escrever**. Estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2009.
- MAINGUENEAU, Dominique. **L'Analyse du Discours**. Paris: Hachette, 1991.
- MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**. São Paulo: Parábola, 2015.
- OLIVEIRA, Rafael Lima de. **Da dimensão à visada argumentativa**: um estudo da argumentatividade nos textos. Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Linguística, Fortaleza (CE), 2024. (Tese em andamento)
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **La nouvelle rhétorique**. Traité de l'Argumentation (Coll. Logos). Paris: Presses Universitaires de France, 1958.
- PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. **Tratado de argumentação**: a nova retórica. Tradução Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2014 [1958].
- PINTO, Rosalice; RODRIGUES, Maria das Graças Soares; DAMELE, Giovanni. Argumentação jurídica e suas estratégias retóricas: uma análise pluridisciplinar de uma decisão judicial. **Diacrítica**, v. 32, n.1, 2018, p. 94-110.
- PLANTIN, Christian. **Dictionnaire de l'argumentation**. Une introduction aux études d'argumentation. Lyon: ENS Éditions, 2016.
- RABATEL, Alain. **Homo Narrans** - por uma abordagem enunciativa e interacionista da narrativa. Vol 1: Pontos de Vista e lógica da narração- teoria e análise. São Paulo: Cortez, 2016.
- TOULMIN, Stephen Edelston. **The uses of argument**. Cambridge: Cambridge University Press, 1958.
- TOULMIN, Stephen Edelston. **Os usos do argumento**. Tradução de Reinaldo Guarany. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2022 [1958].
- VITALE, Alejandra; AMOSSY, Ruth. A conversation with Ruth Amossy. **Revista Conexão Letras**, v. 12, n. 18, 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/conexaoletras/article/view/79469>. Acesso em: 8 out. 2023.
- WALTON, Douglas. **Lógica informal**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2012 [1989].
- WERLICH, Egon. **Typologie der Texte**. Entwurf eines textlinguistischen Modells zur Grundlegung einer Textgrammatik. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1975.